



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE
SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA

Ata da Reunião

3ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura

Aos 12 (doze) dias do mês de Abril de 2013 às 10:00, foi realizada no Auditório do Edifício Martinelli (26º andar) a terceira reunião ordinária do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura. Os trabalhos foram iniciados pelo Presidente do Conselho Secretário José Floriano de Azevedo Marques Neto que cumprimentou a todos, registrando a presença dos Conselheiros nomeados por meio da Portaria do Prefeito nº 76, de 26 de fevereiro de 2013: José Floriano de Azevedo Marques Neto – Secretário Municipal de Habitação (Presidente), Marco Antonio Biasi – Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB, Ricardo Teixeira – Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente (Vice-
10 Presidente), Manoel Victor de Azevedo Neto – Secretário Adjunto da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, Roberto Nami Garibe Filho – Secretário Adjunto da Secretaria do Governo Municipal - SGM, Osvaldo Spuri – Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB, Tereza Beatriz Ribeiro Herling – Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU, Marcos de Barros Cruz – Secretário Municipal de Finanças, Antonio Paulo Vogel de Medeiros – Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Finanças - SF, Leda Maria Paulani – Secretária Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão - SEMPLA, Francisco Macena da Silva – Secretário Municipal de Coordenação das Subprefeituras, Valdir Sant’ Anna – Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de
20 Coordenação das Subprefeituras - SMSP, Marta Amélia de Oliveira Campos - Representante da Sociedade Civil Membro do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CADES), Beatriz Elvira Fabregues - Representante da Sociedade Civil Membro do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CADES), João Antonio Del Nero - Representante da Sociedade Civil Membro do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU) e Denise Lopes de Souza, Secretária Executiva do Conselho. Passou-se à assinatura do termo de posse dos Conselheiros Titulares e Suplentes presentes, considerando então instituído o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura. O Presidente do Conselho passa a palavra à Secretária Executiva para início à apresentação preparada para a reunião conforme pauta
30 previamente encaminhada. Preliminarmente foi apresentado breve histórico do Saneamento no Município de São Paulo, das legislações envolvidas, em especial a Lei



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA

Federal nº 11.445/09, que dispõe sobre as diretrizes nacionais para o saneamento básico, e a Lei Municipal nº 14.934/09, que autorizou o Município a contratar juntamente com o Estado a SABESP para prestar serviços na capital tendo a ARSESP como agência reguladora de tais serviços, que instituiu o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura – FMSAI junto a SEHAB definindo onde recursos do fundo poderiam ser utilizados e também determinando a elaboração do Plano Municipal de Saneamento. O Plano Municipal de Saneamento foi coordenado e elaborado à época pela SEHAB, considerando as ações de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Manejo de Águas Pluviais, Manejo de Resíduos Sólidos, Implantação de Parques e Áreas Verdes, ações em Saúde, dentre outras em conformidade com as leis Federal e Municipal citadas. O Secretário José Floriano propõe que a revisão do plano de saneamento esteja sob a coordenação de SMDU, tendo em vista também estar em curso a revisão do Plano Diretor da Cidade. O Secretário Marcos de Barros Cruz sugere que essa decisão seja suspensa para que a SMDU possa avaliar. A Secretária Adjunta Tereza Herling registra que não vê problema de SMDU coordenar a revisão do Plano Municipal de Saneamento desde haja a participação das demais secretarias envolvidas. A Secretária Leda Paulani sugere, no entanto, que a Secretaria Executiva do Conselho dê o apoio técnico necessário a SMDU para efetivar a revisão do plano. A Secretária Executiva dá prosseguimento, apresentando os instrumentos celebrados em 23/06/2010 sendo Convênio entre o Governo do Estado de São Paulo - GESP, a Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP para o oferecimento dos serviços de saneamento básico de forma compartilhada na Capital, com a interveniência e anuência da SABESP e da ARSESP e Contrato tendo como contratantes o GESP e a PMSP e contratada a SABESP para prestação de serviços por 30 anos. O contrato prevê dentre outras a obrigação da SABESP investir 13% da renda auferida no município menos impostos em intervenções de interesse do município e conta com um Comitê Gestor formado por 3 membros do Estado e membros do Município para sua gestão. Também prevê o repasse de 7,5% da renda auferida no município menos impostos para o FMSAI que conta com o Conselho Gestor ora instituído. O contrato define também, critérios de repasse desses recursos para o Fundo, é integrado por vários anexos como plano de metas, plano de investimentos, plano municipal de saneamento, direitos, obrigações, bem como estabelece revisões quadrienais. Tanto o Plano Municipal de Saneamento quanto o Contrato preveem revisões quadrienais. O Secretário Francisco Macena chama a atenção para a importância da revisão não só para o Plano Municipal de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA

70 Saneamento, mas também para o Plano de Metas e Plano de Investimento. O plano de investimento estabelecido traz uma pressão muito grande sobre a prefeitura e a execução orçamentária da prefeitura, principalmente nos custos de remoção, assentamento e reurbanização. A Secretária Leda Paulani ratifica o comentário do Secretário Francisco Macena. Na seqüência foi apresentado de forma resumida o Regimento Interno do Conselho Gestor e suas atribuições. Foi informado ainda que a Assessoria de Imprensa da SEHAB está efetuando gestão junto à Secretaria Executiva de Comunicação - SECOM para viabilizar um link no portal da prefeitura para que todos possam localizar informações sobre o saneamento na Capital que hoje se encontram no site da SEHAB, bem como está em construção uma página específica do Fundo de Saneamento. Passou-se então a apresentar as características gerais do FMSAI, as possibilidades de investimentos conforme previsão legal, seu histórico de receitas desde 2010 totalizando até abril de 2013 o valor histórico de R\$

80 820.937.800,23. Existem datas marco de repasses, ocorrendo final de Março, começo de Abril, Maio, Agosto, Novembro. Existem também reembolsos por pagamentos que a prefeitura regulariza de contas de água nas suas unidades. Em 28 de Março de 2013 ocorreu um aporte de 89 milhões referente ao repasse do 7,5% descontado da inadimplência dos três últimos meses do ano passado e mais um reembolso pelo pagamento apurado nesses três meses também pela prefeitura. O Secretário José Floriano aponta que o repasse do final de Março apresentou um superávit em relação ao registrado ano passado e que provavelmente esse superávit ocorrerá o ano todo. A Secretária Executiva apresenta o último demonstrativo de receitas que a Sabesp enviou contendo a apuração da receita em Outubro, Novembro e Dezembro de 2012,

90 o desconto Cofins, a receita líquida e o cálculo do 7,5%. Também é registrado o débito da prefeitura referente a contas de água desse período que é descontado do valor total do repasse e atualizado e que fica retido em conta específica da SABESP. Apresentado o histórico de aplicação dos recursos no período de 2011/2012 em diversas intervenções. As prestações de contas de 2011 e do período de janeiro a outubro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho anterior, cabendo a este Conselho aprovar a prestação de contas de Novembro/Dezembro para fechar o ano de 2012 que será objeto de reunião específica. A prestação de contas de janeiro a outubro/12 contou com auditoria de AUDI, com análise dos procedimentos, dos processos de forma amostral que estavam envolvidos nessa prestação de contas, tendo conclusão

100 favorável sob o aspecto formal da instrução processual, sendo apontada necessidade de uma adequação das atribuições da Secretaria Executiva em relação à



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE
SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA

- responsabilidade da contabilidade do FMSAI. A Portaria que trata das atribuições da Secretaria Executiva foi então readequada, definindo que a contabilidade do FMSAI está a cargo do Setor de Contabilidade da SEHAB – SEHAB-1, inclusive regularizando a elaboração dos balanços orçamentários e financeiros de forma mensal e disponibilizado-os no site. O Secretario Adjunto de Finanças Antonio Paulo sugere que a aprovação de prestação contas (novembro/dezembro 2012) seja precedida de uma auditoria de AUDI. A Secretária Executiva prossegue com a apresentação abordando a inadimplência, o fluxo operacional estabelecido por Deliberação de abril de 2012 do
- 110 Comitê Gestor do contrato que envolve a Secretaria de Planejamento/COBES e que precisa ser retomado. A Secretaria Leda informa que está reestruturando o setor COBES e indicará o responsável para a retomada conjunta dos trabalhos conforme o fluxo indicado e questiona a formação dessa inadimplência, já que isso não deveria ocorrer. Denise esclarece que as Secretarias que possuem um número alto de inadimplência são justamente as que possuem grande número de equipamentos descentralizados. O Secretario Adjunto Antonio Paulo acrescenta que esses valores que a Sabesp registra de inadimplência, na medida que não são pagos, geram juros para a prefeitura. O Secretario José Floriano acrescenta que esse grupo de trabalho deve atuar na Secretaria para detectar os problemas com a ajuda de cada Secretario.
- 120 A Secretária Executiva apresenta o Orçamento do Fundo que foi proposto pela PMSP para a Câmara de 624 milhões tendo aplicações definidas na proposta orçamentária para o Programa de Urbanização de Favelas, Programa Mananciais, Drenagem e Saneamento, tendo duas fontes de recurso 03 e 08. A fonte de recurso 03 é uma fonte decorrente do repasse então é uma fonte programável e a fonte 08 é uma fonte que está vinculada a uma receita específica de uma cessão de direitos creditórios dos recebíveis da Sabesp (securitização), é uma operação que estava sendo estruturada o ano passado com expectativa viabilizar um aporte adicional de recursos ao fundo. O aporte normal da fonte 03, que são oriundos do repasse da Sabesp de obrigação contratual, soma em média 300 milhões de reais por ano. O orçamento aprovado pela
- 130 Câmara apresentou modificações que causaram impacto significativo em contratos em andamento no Programa Mananciais, consignando 1.000 reais na fonte 03 e praticamente 400 milhões de reais na fonte 08 condicionado à securitização, implicando em que grande parte dos contratos que já estavam em andamento do Mananciais. Uma outra ocorrência nessa alteração foi relacionada à drenagem e saneamento que até então na proposta da Prefeitura para a Câmara tinha 170 milhões na fonte 08, portanto sem disponibilidade imediata, e passou a ter na fonte 03



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA

140 consignado 107 milhões para aplicação. Houve uma solicitação de estudo pela Sehab a Sempla e SF de viabilização de adequação dessa situação e a alternativa que foi viabilizada foi de recomposição do orçamento encaminhado a originalmente à Câmara, porém sem alteração. Essa recomposição foi autorizada por Decreto do Prefeito no final de Janeiro. Contudo causou um impacto na Drenagem e Saneamento e a Subprefeitura também tinha alguns contratos em andamento. Houve uma outra alteração do orçamento em Março de 2013 que autorizou a suplementação do Fundo em 24 milhões, com base em superávit registrado ao final de 2012, destinado a desapropriação de áreas cujos processos já estavam em andamento e aguardavam recursos para viabilização. O Secretário Floriano passa ao primeiro assunto para deliberação do Conselho, conforme pauta previamente distribuída, que se constitui em solicitação de “Referendo” dos Conselheiros para autorizações de empenho proferidas pelo Presidente no âmbito das intervenções da SEHAB programadas com recursos do

150 FMSAI. Foi distribuído aos Conselheiros um caderno contendo um detalhamento de cada processo, o que foi feito, dados de cada contrato, quem aporta recurso para cada contrato com previsões de prazo, uma visualização de área antes da intervenção e como ela está hoje. Estão contemplados contratos em andamento do Programa de Urbanização de Favelas, Programa Mananciais e as áreas que receberam recursos para desapropriar. A Secretária Executiva, a pedido do Presidente, justifica a necessidade de terem sido autorizados os empenhos de recursos do FMSAI para os contratos em andamento “Ad Referendo” do Conselho para que as obras não fossem paralisadas, tendo em vista a mudança de Administração e a necessidade de composição de novo Conselho Gestor que está se dando nesta data. Complementa

160 ainda a Secretária Executiva que embora o Conselho esteja se reunindo em abril, essas autorizações foram assumidas pelo Presidente do Conselho até Maio, sendo uma estratégia da SEHAB de poder apresentar às empresas contratadas um cenário de pelo menos seis meses de efetiva disponibilidade financeira, o que não ocorreria até então, para que eles pudessem efetivamente se planejar e se programar. O Secretario José Floriano, salienta que essas obras de Urbanização de Favelas e Mananciais são obras de risco e desde que assumiu a Secretaria, verificou o anseio das construtoras por planejamento adequado, diferentemente das gestões anteriores que contavam com programação mensal de recursos, tendo sido o assunto levado ao Sr. Prefeito. O Secretario Roberto Garibe registra grande preocupação na aprovação

170 pela administração anterior das contratações da Fase 3 do Programa Mananciais. Relata que foi iniciado um entendimento com o Governo do Estado para que venha



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE
SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA

para esses contratos um nível de contrapartida compatível com o que foi a 1ª e a 2ª Fase do Mananciais. Junto ao Governo Federal viabilizou em torno de 450/500 milhões sendo que para o contrato completo são necessários em torno de 1 bilhão, ou seja, o Governo do Estado se esforçou com uma fonte federal para participar com um aporte significativo. O Município, a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado, juntamente com a Sabesp está tentando equacionar isso. Em outra frente diretamente com o Governo Federal, o Prefeito tem buscado junto à Presidente entendimentos para conseguir todos os recursos e investimentos estratégicos nesses próximos 4

180 anos, isso inclui esses contratos. Se não forem viabilizadas essas duas frentes, os contratos terão que ser reavaliados no âmbito desse Fundo. A estratégia para esses contratos é não desmobilização de frentes de obras, porém avançar conforme respostas positivas dos recursos. A Secretaria Leda acrescenta que enquanto não houver resposta do governo federal em honrar esse contrato, enquanto as tratativas não forem concluídas, não terá como dar margem para as empreiteiras. A Secretária Executiva informa que os Conselheiros irão receber relatórios periódicos com o andamento dos contratos, se constituindo em uma contínua prestação de contas. O Secretário Roberto Garibe sugere que essas informações sejam informatizadas como o Método de Monitoramento de Programas Estratégicos que já está sendo implantado

190 em outras secretarias, de forma que essas informações fiquem automatizadas. Denise acrescenta que seja disponibilizado um link dessas informações também para os representantes da Sociedade Civil do Conselho para acompanhamento. O Conselheiro João Antonio Del Nero apresenta um projeto sem custo de reurbanização para acabar com a última favela do centro de São Paulo, a Favela do Moinho. É um projeto possível, sugere a possibilidade de incluir o projeto no orçamento. Parte desse terreno pertence ao Governo Federal outra parte pertence a um grupo empresarial que nunca pagou IPTU. As 300 famílias podiam ser realocadas para área não invadida. O Secretário Francisco Macena informa que está sendo revista toda a proposta de reurbanização da área da Favela do Moinho e construção de unidades habitacionais

200 que vai contemplar a população da favela. O Secretário Floriano retoma o ponto de deliberação e verifica se há mais algum esclarecimento necessário, não tendo manifestação dos Conselheiros nesse sentido. Os membros do Conselho então referendam as autorizações de empenhos efetivadas, o que será formalizado por deliberação específica conforme minuta já encaminhada. Passando para o próximo assunto para deliberação referente à aprovação do Plano de Aplicação dos recursos destinados para o Fundo na forma de orçamento readequando, a Secretária Executiva



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE
SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA

apresenta o que já foi comprometido em cada Programa e em cada Fonte de Recurso e o estaria disponível para programar. Em serviços de terceiros tanto em urbanização de favelas quanto em mananciais, o Conselho anterior aprovou uma resolução que

210 possibilita o gasto de até 3% dos valores investidos com serviços especializados em engenharia que são as gerenciadoras que dão apoio técnico e social para os programas. Nesses serviços de terceiros, para a Urbanização de Favelas, está disponível 1 milhão a programar. Para o Programa Mananciais, foram comprometidos 1,2 milhões, restando disponíveis 18,8 milhões a programar nessa mesma atividade. Em Obras e Instalações para Urbanização de Favelas existem 41 milhões e outros 44 milhões disponíveis para aplicar no Programa Mananciais para os contratos em andamento. O Secretário Floriano acrescenta que na situação de Drenagem e Saneamento, a programação ficou zero e a SMSP tem uma necessidade de recurso para os contratos em andamento e sugere fazer uma migração de cerca de 5 milhões

220 para os problemas de drenagem. O Secretário Francisco Macena ressalta que com esse recurso ele consegue contemplar o que já estava em andamento e que já estava aprovado no plano de aplicação de 2012. A Secretária Executiva continua a apresentação propondo que a aplicação dos recursos disponíveis no Programa de Urbanização de Favelas seja nos 18 contratos em andamento, sendo que novos contratos seriam objeto de avaliação do Conselho. Para o Programa Mananciais então será proposto o remanejamento de cerca de 5 milhões do elemento Obras e Instalações para a suplementação da Drenagem e Saneamento para SMSP e a aplicação do saldo disponível se daria também nos 12 contratos em andamento. O

230 Secretário Floriano pergunta aos conselheiros se há concordância no repasse de cerca de 5 milhões para Drenagem e Saneamento das obras de Mananciais, havendo concordância neste ponto. Secretário Antonio Paulo ressalta que aprova a proposta dos recursos conforme a orientação apresentada mas isso não significa que será feita automaticamente, tendo que ser analisado pelo grupo específico específico da JOF (Junta Orçamentária e Financeira). O que estamos deliberando é aplicação dos recursos do FMSAI. A Secretária Leda Paulani reforça a orientação de que alterações específicas de recurso estão condicionadas a aprovação da JOF. O Secretário Roberto Nami Garibe sugere que seja feita uma reunião extraordinária para discutir melhor quais os contratos que tem prioridade para poder entrar no Programa de Metas do Prefeito. A Secretária Leda Paulani sugere que sejam mais detalhadas as

240 informações em cada rubrica ficando mais fácil aprovar os planos, gastos e mudanças na JOF, entre outros. A Secretária Adjunta Tereza Herling observa que tanto as



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA

favelas no Programa de Urbanização de Favelas quanto de Mananciais estão indicadas no relatório recebido na reunião. O que falta é um maior detalhamento do escopo do contrato. Defende que a aprovação seja definida por assentamento para que tenha um acompanhamento do que acontece no Programa Mananciais, do que já foi Fase 1, o que é Fase 2. Na Fase 3 tem muitos assentamentos que já estavam contemplados na Fase 2. É necessário que se tenha um acompanhamento mais aprimorado do investimento. É um cuidado que devemos ter principalmente nesse começo de gestão. O Secretário Francisco Macena acrescenta que em reunião com o

250 Prefeito e moradores de Paraisópolis, tinha várias obras que estavam paradas. Questiona se são esses os contratos que estão em andamento. O Secretário Roberto Garibe sugere reorganizar as informações e pautar para a próxima reunião. Os demais conselheiros concordam com a sugestão de uma reunião extraordinária. Passando para o próximo ponto de pauta para deliberação, o Secretário Antonio Paulo, na qualidade de Presidente da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA, vinculada à Secretaria de Finanças, contratada pela Prefeitura (SEHAB), apresenta a operação securitização dos recebíveis da SABESP. A operação de Securitização foi proposta na gestão anterior, tendo sido realizada no ano passado licitação específica, e contratada pela SPDA instituição financeira, o HSBC para

260 estruturar essa securitização. Já foram executadas as Fase 1 e 2 (parcial) previstas na estruturação que significa finalizar todos os contratos necessários e documentação para aprovação na procuradoria do município, para então submeter à Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Com a aprovação da CVM pode-se executar a operação propriamente dita. Por conta da proximidade do término do governo anterior o Conselho decidiu de forma preventiva suspender a estruturação da operação para avaliação da nova Administração, cabendo a este Conselho decidir pela retomada dos trabalhos e das Fases 3 e 4 previstas. A operação é basicamente o município, na figura do FMSAI, transfere os direitos creditórios dos recebíveis da SABESP para o Fundo de Investimento de Direitos Creditórios – FIDC, que vai pagar por esses direitos

270 creditórios (dinheiro), e vai entregar cota subordinada. Esse dinheiro resulta das vendas dessas cotas no mercado, sendo o momento Zero da operação. Uma vez realizada a operação, toda vez que o recurso da SABESP entrar, (repasse a cada 3 meses), parte vai para uma conta específica sob controle do agente custodiante, para o FIDC que vai pagar os investidores e a outra parte vai para uma conta livre do FMSAI, ou seja, não é todo o recurso do FMSAI que está sendo vendido, é um pedaço desse recurso e o restante volta. A grande vantagem é que este ano o FMSAI recebe



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA

os 340 milhões que está previsto na Fonte 08 do orçamento, que hoje está contingenciado. A Secretária Leda Paulani pergunta qual o percentual dos recursos do FMSAI futuros ficam comprometidos e por quanto tempo. O Secretário Adjunto Antonio Paulo esclarece que depende do montante. Se for 340 milhões, haveria um comprometimento em torno de 20%, 30% das receitas do FMSAI futuras durante seis anos. A Secretária Leda Paulani acrescenta que essa é uma operação que vai antecipar recurso, mas essa antecipação tem um preço, que é o deságio no valor dos recebíveis. Portanto é preciso ter certeza de que a execução desse recurso se dê em curto prazo, ou seja, ainda este ano. Para não haver questionamentos futuros, pois, no caso de sua não utilização, mesmo que se aplique esse dinheiro, dificilmente se terá um retorno maior do que o preço da operação. O Secretário Floriano acrescenta que os recursos obtidos com a operação estariam dirigidas a projetos viabilizando desapropriações. No momento em que entrar esse dinheiro, os processos de desapropriação vão estar concluídos podendo ser gastos 160 milhões rapidamente. Isso vai ajudar a viabilizar o plano de metas das 55 mil unidades habitacionais que estão previstas nesse mandato. O restante dos recursos da operação serão investidos para agilizar as obras de urbanização de favelas e de mananciais de forma que a infraestrutura fique pronta ao mesmo tempo que as construções habitacionais estejam executadas. Estamos reprogramando as obras e vamos apresentar em breve o plano de ação para a parte do dinheiro que vai ser usado na desapropriação. O Secretario Adjunto Roberto Garibe acrescenta que é necessário planejamento para uso desses recursos. Nós podemos deixar tudo pronto, fazer a antecipação, autorização de recursos mesmo se posteriormente receber mais recurso do Governo Federal? Quanto tempo demora para esse dinheiro chegar? O Secretário Adjunto Antonio Paulo explica que primeiramente as minutas tem que ser aprovadas na PGM, e isso tem que ser feito imediatamente, por isso é preciso que o Conselho aprove a continuidade da operação. Temos que fechar uma planilha de alocação desses recursos supondo que nessa operação os recursos sejam gastos este ano. Essa planilha vai ser levada ao Ministério das Cidades que vai dar o OK no enquadramento dos projetos nessa alocação de recurso. Essa planilha vai ser inserida no prospecto e distribuído aos investidores, não podendo haver alterações futuras. A Secretária Executiva acrescenta que essa autorização de continuidade da operação também permite que a Secretaria de Habitação retome o contrato firmado em 2012 com a SPDA para a estruturação da operação. Os Conselheiros aprovam a continuidade da estruturação da operação, devendo, contudo, o assunto retornar oportunamente para nova deliberação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE
SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA

320 previamente à efetiva captação dos recursos no mercado. O Secretário Ricardo Teixeira, retomando o assunto da inadimplência de contas, informa que foi feito um levantamento com informações atualizadas das despesas do exercício anterior, resultando em quase 1 milhão de reais juntando 2010, 2011 e 2012, indicando divergência com os números apresentados na reunião. Em 2013 a Secretaria do Verde está em dia. A Secretária Executiva acrescenta que os dados são referentes aos dois últimos meses do ano passado. É importante o fluxo operacional estabelecido por deliberação do Comitê Gestor do contrato para verificar essas contas, e até contestá-las se for o caso. Não havendo mais manifestações dos presentes, o Presidente do Conselho encerra a reunião agradecendo a presença de todos os Conselheiros.

Publicada no DOC em 22/05/2013 – pág. 50